



DOI: 10.12957/transversos.2021.58392

**O MOVIMENTO NEGRO CAMINHA, O FEMINISMO NEGRO CAMINHA
E O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS CAMINHA
THE BLACK MOVEMENT WALKS, BLACK FEMINISM WALKS
AND THE BLACK WOMEN'S MOVEMENT WALKS**

Luciana Falcão Lessa

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Brasil
lucianaflessa2@gmail.com

Resumo:

O Movimento de Mulheres Negras em Salvador emerge com características interseccionais. Isso quer dizer que essas mulheres se organizam em torno dos principais eixos de opressão: gênero, raça, classe e região, destarte não organizaram um movimento único, mas sim grupos de mulheres em torno de demandas relacionadas a comunidades/bairros. Entretanto, não atuam de forma isolada, esses Grupos e Coletivos dialogam através da Rede de Mulheres Negras da Bahia e, ao mesmo tempo, garantem a discussão sobre a condição da mulher negra em todo o território baiano. O movimento de mulheres negras reconhece a importância do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Feminismo Negro, mas afirma a sua especificidade ao se configurar como um movimento de base, pautando a opressão sexista e o empoderamento das mulheres negras, associando teoria e luta coletiva.

Palavra-Chaves: Mulheres; Negras; Movimento; Bahia.

Abstract

The Black Women's Movement in Salvador emerges with intersectional characteristics. This means that these women are organized around the main axes of oppression: gender, race, class and region, because the demands of each neighborhood are specific, thus, black women have not organized a single movement, but groups of women around demands related to communities/neighborhoods. However, they do not act in isolation, these Groups and Collectives dialogue and, at the same time, guarantee the discussion about the condition of black women in all of Bahia. The black women's movement recognizes the importance of the Unified Black Movement (MNU) and Black Feminism, but affirms its specificity in setting itself up as a grassroots movement, addressing sexist oppression and the empowerment of black women, associating theory and collective struggle.

Keywords: Women; Black; Movement; Bahia.

1. Introdução

O Movimento de Mulheres Negras constitui na atualidade, conforme Angela Figueiredo (2018), o mais atuante no processo de denúncia, resistência e enfrentamento ao racismo cotidiano, são as mulheres negras que vêm dominando as narrativas que politizam as redes sociais, as mídias, os espaços públicos e privados sobre as questões raciais. Trata-se de um movimento que na Bahia vem demarcando suas especificidades em relação ao MNU (Movimento Negro Unificado), ao Feminismo Hegemônico e ao próprio Feminismo Negro. Embora reconheça sua importância, no sentido de vislumbrar as experiências e demandas das mulheres negras, a maioria das integrantes do Movimento de Mulheres Negras em Salvador considera a atuação do Feminismo Negro demasiadamente acadêmica e teórica.

Na Bahia, esse é um ponto nevrálgico que tem fomentado vários debates entre as mulheres negras ativistas sobre seus espaços de atuação. As feministas negras advogam a importância da transformação do espaço acadêmico, no que diz respeito ao corpo docente, discente, às referências bibliográficas e à base epistemológica. Entretanto, há uma articulação e diálogos frequentes entre as mulheres negras – que afirmam sua integração ao Movimento de Mulheres Negras – e as feministas negras acadêmicas que tem sido salutar para a dinamização da produção do conhecimento, evitando o distanciamento de suas bases: as experiências das mulheres negras. Utilizei como metodologia a análise de trajetórias, entrevistei mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Negras da Bahia que desenvolveram suas trajetórias da década de 1970 até a atualidade.

Neste artigo pretendo discutir o processo de construção da autonomia do Movimento de Mulheres Negras na Bahia, suas especificidades em relação ao Movimento Negro Unificado e ao Feminismo Negro e a tessitura de uma Rede de Mulheres Negras como um espaço horizontalizado de articulação e diálogo de Grupos e Coletivos de Mulheres Negras, organizados a partir das demandas de seus bairros/regiões.

2. Processos de construção da autonomia do Movimento de Mulheres Negras

Aqui cabe abordar o contexto de construção da autonomia do Movimento de Mulheres Negras, a emergência desse movimento em Salvador e trazer o contexto e as demandas que levaram à organização da Rede de Mulheres Negras da Bahia e suas especificidades em relação ao MNU e ao Feminismo Negro. Desse modo, é preciso revisitar a organização do MNU, como centro de luta no Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Vitória no final da década de 1970, no processo de redemocratização do país, recém-saído de uma ditadura militar.

Petrônio Domingues informa que na década de 1980 o MNU foi a organização mais importante na defesa dos direitos dos negros brasileiros, questionando, entre outras coisas, a democracia racial, a violência policial e a inclusão da História da África e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Nesse mesmo período se iniciou um processo de proliferação do Movimento Negro pela multiplicação de grupos regionais com atuação local, tendência que continuou na década seguinte. Segundo Domingues (2008: p. 104), essa “[...] regionalização do movimento implicou na diluição do MNU, que perdeu muito de sua força política aglutinadora, isto é, de sua capacidade de canalizar em frente única a luta antirracista no país”.

Angela Figueiredo informa que a partir de 2002 há uma reconfiguração dos Movimentos Negros. Nesse mesmo ano, duas universidades públicas estaduais, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

[...] implementam ações afirmativas, através da reserva de vagas para alunos negros, oriundos das camadas populares [...]. Além disso, o debate sobre as desigualdades raciais foi ampliado para diferentes setores da sociedade, deixando de estar presente somente no discurso de ativistas [...]. Eu diria que o próprio conceito de ativismo foi ampliado. Assim como constatamos de forma crescente o alargamento do debate sobre o feminismo negro e sobre o empoderamento feminino em suas dimensões políticas e estéticas. (FIGUEIREDO, 2018a: p. 1085).

Nesse contexto de regionalização do MNU e de reconfiguração dos Movimentos Negros, as mulheres negras resolveram criar grupos específicos, pois, além de não se sentirem representadas nas instâncias de poder/decisão, compreenderam que vivenciam o machismo também dos homens negros, inclusive os ativistas. Para Lindinalva de Paula¹ (56 anos):

Essa ruptura vem desde 1975, com Lélia Gonzalez. E aí tu vai lá dar uma olhada nessa composição. Por exemplo, o que eu sou hoje foi a formação do MNU. Não vou pegar e dizer que não presta, não é isso que a gente está dizendo [...]. A gente está dizendo que nesses 12 anos de governo democrático², de direito, onde essas discussões são pertinentes, nós mulheres negras não saímos do mesmo lugar. Não dá para você discutir genocídio como o Movimento Negro discute genocídio, e não discutir como o genocídio afeta as mulheres negras. Somos nós, as mulheres negras, que perdemos os nossos filhos, somos nós que visitamos, somos nós que procuramos. E hoje o genocídio da juventude negra, a quantidade de jovens negros com as mortes simbólicas, se você junta aborto, violência obstetra, mortalidade materna, as mulheres negras hoje morrem mais do que o braço armado do Estado, do que isso aqui que a juventude negra homem. O genocídio hoje da jovem negra é maior do que o dos homens. Mas você do Movimento Negro não consegue compreender, porque você, se você vem falar disso, você tem que trazer as mulheres como protagonistas. São demandas diferentes. Então o Movimento Negro caminha, o Movimento Feminista caminha, o Movimento de Mulheres Negras caminha. (LESSA, 2020: p. 120-121).

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio Movimento Feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial, que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.

¹ É solteira e tem dois filhos. É ativista da Rede Mulheres Negras e do Coletivo Abayomi. Atualmente é assessora parlamentar, mas exerceu por muitos anos a profissão de professora do Ensino Fundamental. É graduanda do curso de Gestão Pública – no momento da entrevista (LESSA, 2020).

² A entrevistada está se referindo aos governos do Partido dos Trabalhadores de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2015).

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres, nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham a nível nacional (CARNEIRO, 2003).

É nesse processo, que envolve a ausência de espaço, tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, que as mulheres negras “em 1988 deram impulso à construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional visando intensificar reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero” (RIBEIRO, 1995: p. 450).

A realização, em 1988, do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, no Rio de Janeiro, marca a construção de uma autonomia, cujo objetivo não era promover um racha nos Movimentos Negro e Feminista, mas sair da invisibilidade, tanto na teoria quanto na história, e reivindicar uma posição de igualdade nessa luta, tornando-se porta-vozes de suas ideias e necessidades, estando lado a lado com os companheiros na luta por transformação social. Um ponto central do Encontro foi a questão de como organizar e estruturar o movimento, como construir uma plataforma única e como se daria a articulação com outros movimentos (RIBEIRO, 1995).

A partir da experiência produzida através dos movimentos sociais por moradia na periferia de Salvador, Valdecir Nascimento (58 anos)³ lembra que desde a sua entrada no MNU ela questiona as relações dos homens com as mulheres no movimento “eram eles quem falavam e nós, mulheres, éramos as tarefeiras [...], mulher secretariava. Então, eu já entro no MNU com minha perspectiva feminista centrada, eu não vim para ser subalternizada” (LESSA, 2020: p. 122).

Entre os anos 1988 e 1991 foram realizados o I e o II Encontro Nacional de Mulheres Negras. Os grupos de mulheres se estruturaram, seja a partir de núcleos no interior do Movimento Negro ou Feminista, seja de maneira autônoma, e proliferaram pelo país Organizações, Coletivos e Associações de mulheres negras, com a constituição de fóruns estaduais (RIBEIRO, 1995; DOMINGUES, 2008).

³ É solteira e sem filhos. Historiadora de formação, com Mestrado em Educação. É gestora do Odara – Instituto da Mulher Negra (LESSA, 2020).

Segundo Matilde Ribeiro (1995), uma das sugestões do II Encontro Nacional foi a realização de Seminários Nacionais de Mulheres Negras, precedidos de seminários regionais ou estaduais, para aprofundar a discussão dos rumos da organização das mulheres negras e dos encontros nacionais. No I Seminário Nacional, realizado em 1993, em Atibaia, São Paulo, houve um debate mais direto sobre os desencontros e dificuldades, do ponto de vista pessoal e político. Também se discutiu a conceituação e o caráter da organização das mulheres negras e se cogitou a estruturação de uma Rede Nacional de Mulheres Negras.

A partir das discussões realizadas nos dois Encontros Nacionais, este Seminário propiciou uma definição unificada quanto à concepção do Movimento de Mulheres Negras. O movimento vem se constituindo a partir do cruzamento das questões de gênero, raça e classe social. Deve ser autônomo e independente, composto por mulheres de diferentes setores (por exemplo, originárias de movimentos como negro, sindical, popular, partidário). Deve estar articulado prioritariamente com o Movimento Negro e Feminista, na medida em que estes incorporem e apoiem a luta de mulheres negras, mantendo sua especificidade. (RIBEIRO, 1995: p. 452-453).

Dessa forma, o Movimento de Mulheres Negras emerge com uma capacidade de articulação, autonomia e atuação prática em todas as questões que envolvem a vida das mulheres negras, um ativismo sem precedentes, que ao mesmo tempo silencia e ofusca o Movimento Negro. Para Angela Figueiredo (2018a), tem sido o movimento social mais atuante e criativo dos últimos anos no país.

O II Seminário Nacional, realizado em 1994, deu prosseguimento à discussão:

[...] sobre a construção da Rede Feminista de Mulheres Negras, defendida por algumas das participantes como um instrumento capaz de estabelecer um relacionamento político e igualitário com os diferentes setores da sociedade, reforçando os fóruns estaduais. Constatou-se, no entanto, a impossibilidade de implementação dessa proposta pelo desconhecimento ou pelo ceticismo por parte de alguns setores nesta forma de organização. Foi aprovada a proposta de uma Articulação Nacional de Mulheres Negras com estrutura e formato a serem definidos. (RIBEIRO, 1995: p. 453).

Com o objetivo de compreender como se estabelece o processo organizacional do Movimento de Mulheres Negras em Salvador, e sua aproximação do Feminismo, Silvana Bispo (2011) compartilha das reflexões de Sueli Carneiro (2003): mesmo se tratando de contextos diferentes, o Movimento de Mulheres Negras se organiza no entre-lugar, na intersecção e na síntese do Movimento Negro com o Movimento Feminista. Assim, tal movimento afirma politicamente o protagonismo de um sujeito específico na luta contra o racismo e o sexismo, a mulher negra.

A partir dos conflitos de gênero dentro do MNU, as mulheres organizaram o Grupo de Mulheres (GM) “[...] para fazer frente às práticas sexistas que vivenciavam dentro da entidade negra [...]” (BISPO, 2011: p. 187). A postura androcêntrica dos homens permitia que

monopolizassem a fala e a liderança e que dividissem o trabalho entre os sexos, conforme a divisão da cultura sexista na sociedade. Assim, o GM vai promover uma série de atividades, a fim de denunciar e dar visibilidade às relações nas quais as mulheres negras estavam colocadas, em condições de subalternidade. Valdecir Nascimento (58 anos) informa que, através do GM:

[...] nós vamos encenar a primeira peça de teatro relatando a situação das mulheres negras, denominada “Anônimas Guerreiras Brasileiras”, que trata dos homens negros do polo petroquímico que andava de correntão⁴, comprava carro e casava com as loiras; da relação da trabalhadora doméstica na casa das patroas; da questão dos homens negros que vêm para o Movimento Negro comer todas as mulheres do movimento, mas a mulher dele fica em casa. Então, nossa peça de teatro questionava todas as relações nas quais nós estávamos em condições de subalternidade. E nós vamos questionar a questão da boa aparência no jornal para arranjar emprego. (LESSA, 2020: p. 124-125).

As mulheres do GM expulsaram do movimento os homens negros que utilizavam desse espaço para seduzir várias mulheres negras simultaneamente, e em retaliação “eles vão dizer que as mulheres, os grupos de mulheres do MNU é tudo sapatão, e nós não éramos. E de todas aquelas eu acho que só eu fico lésbica depois, porque as outras não”, afirma Valdecir Nascimento (58 anos) (LESSA, 2020: p. 125). Isso se configura enquanto uma reação machista, quando se subentende que as mulheres deviam aceitar seus apelos sexuais, uma vez que não aceitaram, significa que “não gostam de homens”. Desse fato é possível subtrair a relação de gênero dentro do movimento.

A entrevistada recorda que as mulheres negras fizeram uma reviravolta, do ponto de vista da organização mista, inclusive fizeram considerações no Estatuto do MNU aqui da Bahia sobre a situação das mulheres negras, e destaca a participação de Lélia Gonzalez, enquanto sujeito dialógico nesse processo. Em sua percepção, a ruptura com o MNU não estava vinculada à questão de gênero, porque igualmente o movimento contava com homens que se posicionavam contra a subalternização das mulheres – entre eles, cita Luis Alberto, Jônatas Conceição e Luís Orlando –, mas sim na partidização do MNU pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pois, na perspectiva de Valdecir Nascimento (58 anos), o partido não tem nada a oferecer às mulheres negras, “e os negros que tão em partidos são todos subalternos” (LESSA, 2020: p. 125), e continua:

O PT tira como estratégia nacional ocupar o Movimento Negro Unificado e transformar o Movimento Negro Unificado num braço do Partido dos Trabalhadores, que hoje é o que é o MNU, na verdade, queira ou não quera, como é o UNEGRO⁵,

⁴ Refere-se a um acessório de tamanho expressivo confeccionado em ouro ou prata, comumente usado por trabalhadores negros do Polo Petroquímico de Camaçari-BA e da Petrobrás, a fim de publicizar uma situação financeira confortável que, entre outras coisas, configurava um perfil de comportamento desses trabalhadores.

⁵ União de Negros pela Igualdade.

é... do PCdoB⁶, como é a CONEN⁷, também do PT, né? Então, a gente vai ser impactada por esse processo de estratégia do partido dos trabalhadores. (LESSA, 2020: p. 124-125).

Para a entrevistada, a intervenção dos partidos políticos promove uma disputa entre os negros de forma geral, que desarticula o movimento e seu projeto de combate ao racismo estrutural. Dessa forma, ela se posiciona contra a partidarização do Movimento Negro, pois os partidos políticos reproduzem internamente o racismo, ao relegar aos negros os lugares subalternos.

Valdecir Nascimento acrescenta que os homens negros não são os inimigos preferenciais das mulheres negras, mas alerta para a convivência com seus atos, “porque se você deixar quem mata a gente são eles” (LESSA, 2020: p. 126). E, para além das disputas com os homens negros, ela cita a disputa das mulheres heterossexuais com as lésbicas: “[...] na hora de você hierarquizar, distribuir poder, você garante a lógica judaico-cristã, que é racista e heterossexual” (LESSA, 2020: p. 126). Angela Davis (2009: p. 119) afirma que a unidade negra sempre foi uma ficção: “[...] a classe, o gênero e as fissuras sexuais que se escondem por trás da construção da unidade expunham eventualmente essas e outras heterogeneidades que fazem da unidade um sonho impossível”.

Logo, na perspectiva de Valdecir, as mulheres negras rompem com o MNU por conta do processo de partidarização desse movimento⁸. Já a pesquisa de Silvana Bispo (2011) considera que o rompimento se dá a partir da percepção de relações que subalternizavam as mulheres negras, isto é, da opressão de gênero no MNU, revelando que muitos homens negros, mesmo os ativistas, mostraram-se incapazes de olhar para a mulher negra de forma diferente daquela construída pelo pensamento supremacista branco.

Essas razões podem ter atuado simultaneamente para que as mulheres negras se aproximassem do feminismo negro e se articulassem paralelamente ao MNU, onde atuaram de 1980 até 1995 “[...] quando acirramentos políticos acionam a saída de praticamente todas as participantes do Grupo de Mulheres do MNU” (BISPO, 2011: p. 151). Então, a partir de 1995 as mulheres negras ativistas articulam o Movimento de Mulheres Negras, em função da

⁶ Partido Comunista do Brasil.

⁷ Coletivo de Entidades Negras.

⁸ Entretanto, o assassinato de Marielle Franco, mulher negra, ativista dos direitos humanos e vereadora pelo PSOL no Rio de Janeiro, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, em 15 de março de 2018, despertou a atenção das mulheres negras brasileiras em movimento para a política partidária, como um espaço de poder que precisa ser ocupado por elas, a fim de que suas demandas sejam representadas.

experiência de terem suas demandas invisibilizadas e suas vozes silenciadas, tanto no MNU quanto no Feminismo Hegemônico e, dessa forma, “[...] ressignificam o lugar de exclusão, transformando-o em espaço de lutas, de práticas emancipatórias e em cenário para reflexões teóricas e produção do conhecimento” (CARDOSO, 2012: p. 29).

O Movimento de Mulheres Negras em Salvador emerge com características interseccionais, isto é, as mulheres se organizam em torno dos principais eixos de opressão: gênero, raça, classe e região, pois as demandas de cada bairro são específicas. Assim, não organizaram um movimento único, mas sim grupos de mulheres em torno de demandas relacionadas a comunidades/bairros. Podemos citar como exemplos: o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP) e a Organização de Mulheres do Lobato. Embora esses Grupos tenham se organizado em diferentes espaços, dialogam entre si e trocam experiências sobre as formas como as desigualdades se apresentam nesses locais e sobre as estratégias de ativismo de cada Grupo.

Essas organizações vão se proliferar pelo interior da Bahia e Região Metropolitana, através de Grupos e Coletivos. Dessa forma, o Movimento de Mulheres Negras emerge no formato de rede, o que é estratégico e importante, pois essa configuração garante uma discussão de raça, classe e gênero em diversos espaços, sensibilizando um maior número de mulheres a se tornarem mulheres negras, que também é um *vir a ser*, um conceito político que articula essas mulheres e desenha a Rede.

Igualmente ao que acontece com os movimentos por moradia em Salvador, que emergem em rede, pulverizados, como é o caso do Movimento em Defesa dos Favelados, que “[...] formava na Bahia uma federação com sede no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, onde aconteciam reuniões entre os diferentes movimentos; trocavam experiências e planejavam ações”, como afirma Cristiane Souza Santos (2018: p. 29), que identifica nesses movimentos por moradia uma presença expressiva de mulheres negras.

Talvez seja possível concluir que a emergência desse desenho de movimento em Salvador é estratégico, pois compreende as especificidades e demandas dos diferentes agrupamentos de mulheres. Ana Gualberto⁹ (41 anos) explica que é preciso

[...] entender as especificidades de todos e olhar com atenção para esse segmento que está na base dessa pirâmide social. Não adianta a gente juntar a questão racial como um

⁹ É casada, tem um filho. É historiadora e está fazendo Mestrado em Cultura e Sociedade na Universidade Federal da Bahia (UFBA) (no momento da entrevista). Milita na Koinonia, uma organização não governamental (LESSA, 2020).

blocão só, ou a questão das mulheres como um blocão só, não são iguais. Se eu for pegar uma conversa que eu tenho com as mulheres que tem aqui da região do Engenho Velho, que são mulheres negras de terreiro ou de igrejas que são daqui, e for conversar com mulheres quilombolas lá de Camamu, são mulheres totalmente diferentes, com vidas totalmente diferentes. Se a gente não entender essas especificidades não dá para a gente fazer políticas públicas que atendam esses grupos. A gente precisa desmistificar essa coisa da igualdade, a gente não é igual. (LESSA, 2020: p. 124).

Para Silvana Bispo (2011), a organização do Movimento de Mulheres Negras em Salvador foi um processo lento, até porque o GM garantia o lugar de fala das mulheres negras, logo não houve uma ruptura imediata. O Movimento de Mulheres Negras se diferenciava das organizações mistas quando pautava duas questões, além da questão racial: a opressão sexista e de empoderamento das mulheres – são preocupações que as organizações mistas não possuem.

Petrônio Domingues (2008), ao elencar dilemas e desafios do MNU contemporâneo, entre outras questões, destaca a diversidade de grupos e entidades atuando de forma isolada e dispersa, provocando a diluição do potencial político do protesto negro. O autor ressalta a necessidade de um órgão centralizador que coordene as ações no âmbito nacional e constata que várias lideranças do Movimento Negro pertencem a uma pequena burguesia intelectualizada, mas, ainda assim, ou talvez por isso, não conseguem formular um discurso que sensibilize a massa de negros, pobres e não escolarizados. “Para os afro-brasileiros desempregados e aqueles que vivem em estado de penúria, a discriminação racial é a menor das preocupações cotidianas” (DOMINGUES, 2008: p. 116-117).

Parece que Petrônio Domingues desenvolve sua análise tomando por referência o MNU, mas se analisar o protesto negro a partir de uma perspectiva macro, há que se considerar que o Movimento de Mulheres Negras emerge dessa lacuna deixada pelo MNU, responsável pela sua fragilidade. O Movimento de Mulheres Negras afirma sua diversidade, mas não atua de forma isolada. Esses Grupos e Coletivos dialogam e, ao mesmo tempo, garantem a discussão sobre a condição da mulher negra em diversos espaços que configuram especificidades distintas.

Outro grande diferencial do Movimento de Mulheres Negras é que ele vem se configurando como um movimento de base, transformando o modo de pensar de uma sociedade, a partir de seus pilares. Enquanto Petrônio Domingues apresenta uma visão hierarquizada e colonizada sobre a organização do Movimento Negro, ao ressaltar a necessidade de um órgão centralizador, as mulheres trazem a perspectiva de rede, de que estão articuladas, embora afirmem sua diversidade desde o I Seminário Nacional, ocorrido em 1993.

3. A Rede de Mulheres Negras da Bahia

Enquanto um sistema de proteção e cumplicidade entre as mulheres negras, a Rede sempre existiu, tendo como principal objetivo amenizar os efeitos do racismo nas suas trajetórias, através da união, da solidariedade e do companheirismo. De acordo com Lindinalva de Paula (56 anos):

As primeiras redes das mulheres negras foram as famílias, as mães, tias, madrinhas, avós [...], e é a partir das redes das mulheres, em vários espaços nas comunidades, na família, nas universidades, que uma segura a outra. Uma anota porque a outra vai chegar atrasada, ou que leva um lanche a mais porque sabe que a outra saiu do trabalho e está com fome. Então, esse sistema de proteção e cumplicidade que as mulheres negras têm, que a gente compreende como um processo de rede. O processo de rede sempre existiu e isso que nos mantém vivas e nos fazem enfrentar as diversas formas que o racismo nos atinge. O importante é fazer com que as mulheres negras compreendam que esse processo de rede sempre existiu. (LESSA, 2020: p. 129).

Desse modo, a Rede se organiza na Bahia por volta de 2013, enquanto espaço não institucionalizado de articulação das mulheres, emerge com o objetivo, segundo Suzana Batista¹⁰, (33 anos), “[...] de aumentar o conhecimento recíproco entre os grupos, coletivos e associações de mulheres negras, e assim tornar possível articulações e pactos na realização de ações coletivas” (LESSA, 2020: p. 129), para lutar contra o racismo, o sexismo e pela eliminação de estereótipos.

Em 1992 aconteceu o Encontro Internacional de Mulheres Afro-Americanas e Afro-Caribenhas, em Santo Domingo, na República Dominicana, que além de estabelecer o dia 25 de julho na agenda global¹¹, foi um momento de articulação política e de elaboração de estratégias para reverter os dados de violências e desigualdades que recaem sobre as mulheres negras. Nesse encontro foi criada a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, reconhecida por órgãos internacionais de proteção à cidadania da população negra das Américas e do Caribe, com objetivo de fortalecer as organizações de mulheres negras e com a orientação que se organizassem em rede em seus respectivos países, com a indicação da Marcha de Mulheres Negras.

No Brasil, alguns estados cumpriram essa tarefa em momentos distintos. Na Bahia, a discussão sobre a criação de uma Rede de Mulheres Negras teve início no Gran Hotel Stella Maris, na realização da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que ocorreu entre os dias 28 e 30 de agosto de 2013, quando algumas mulheres negras que participavam da conferência questionaram a ausência de uma discussão específica da agenda das mulheres negras. Diante do dilema, resolveram construir dentro da conferência um momento “só nosso”, e organizaram uma grande plenária que deliberou, dentre outras coisas, pela criação de uma Rede

¹⁰ É solteira e sem filhos. Jornalista, milita no Coletivo Abayomi (LESSA, 2020).

¹¹ A partir deste Encontro, o dia 25 de julho virou um marco internacional da luta das mulheres negras, nesse que representa um importante território da diáspora africana.

de Mulheres Negras voltada à articulação, mobilização e fortalecimento dessas mulheres no estado da Bahia. Em 2015, a Rede foi organizada tendo em vista a mobilização para a construção da Marcha de Mulheres Negras¹², marcada para 18 de novembro do mesmo ano, em Brasília, para denunciar

[...] os desmandos do governo, a violência policial, a falta de acesso à saúde, à educação, ao trabalho, enfim, denunciávamos a não existência das mínimas condições de sobrevivência, e reclamávamos pela construção de um novo projeto civilizatório para a sociedade brasileira. (FIGUEIREDO, 2018b: p. 204-205).

Ou seja, o objetivo era mobilizar o maior número de mulheres negras para a Marcha. Então, o formato de rede sugere uma comunicação com mulheres negras em diversos espaços através de

[...] reuniões preparatórias, reuniões do comitê impulsor, encontram com os movimentos sociais, particularmente com o movimento de mulheres, encontros em pequenos municípios no interior dos estados brasileiros, encontros em escolas e associações de bairros [...]. (FIGUEIREDO, 2018b: p. 203).

Na construção da marcha nós fizemos várias caravanas para o interior do estado, visitamos os territórios, as cidades. Foi uma coisa muito bacana. Eu acho que depois desse momento, pelos locais, pelas regiões, pelos territórios que nós passamos, é irreversível a perspectiva de empoderamento das mulheres que se revela das mais diversas formas. (Suely Santos, 55 anos)¹³.

Suely Santos comemora, pois a Rede cumpriu o seu papel. Em Brasília, a Bahia foi a segunda maior delegação, com 23 ônibus de mulheres negras, contribuindo para o sucesso da Marcha que reuniu 50.000 mulheres negras na capital do país.

Conforme sua Carta de Princípios, a Rede de Mulheres Negras da Bahia é uma articulação feminista, antipatalista, de esquerda, suprapartidária, plural, autogerida e organizada horizontalmente. Sediada na capital, Salvador, é composta por ativistas, Entidades, Grupos, Coletivos e Associações de mulheres negras de diferentes municípios do estado da Bahia e, nos últimos três anos, tem se articulado e mobilizado mulheres de todo o estado para lutar contra o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, contra o ódio religioso e todas as outras formas de violência, afirmando os Direitos Humanos e o Bem Viver.

Desse modo, os Grupos e Coletivos vinculados à Rede mantêm sua autonomia, pois são construídos a partir de demandas específicas de mulheres negras de cada região, como diz Suely

¹² Sobre a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 18 de novembro de 2015, em Brasília, ver Figueiredo (2018b). Esse texto resulta não só da participação observante da referida autora nas conversas e entrevistas informais durante a Marcha e do material coletado na internet, como também utilizou citações e depoimentos dos textos publicados por outras mulheres que também estiveram presentes na Marcha.

¹³ Suely Santos é soteropolitana, solteira e sem filhos. Trabalha na UFBA há 33 anos. É graduada em Ciências Contábeis, com Especialização em Educação e Desigualdades Raciais pela UFBA. É ativista do Movimento de Mulheres Negras e filiada ao MNU. Entrevista concedida a Luciana Falcão Lessa (2020: p. 130).

Santos (55 anos): “[...] já possuem seu próprio caminho, uns já são institucionalizados, outros não, agem somente como coletivos, como os grupos de estudo. Eu acho que no momento a Rede tem que funcionar como um espaço de articulação mesmo” (LESSA, 2020: p. 131). Nessa perspectiva, a Rede estabelece a comunicação entre os grupos, a fim de organizar as mulheres negras da Bahia. Nas palavras de Helena Argolo¹⁴ (57 anos):

A Rede de Mulheres Negras, a qual sou membro, é uma organização que quer trazer para reflexão como o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a transfobia e outras formas correlatas de discriminação se constituem em barreiras para o crescimento de mulheres negras, ao mesmo tempo em que traz propostas concretas para interromper este processo, por entender que estas desigualdades não contribuem para o crescimento humano e inviabiliza o desenvolvimento do Brasil, enquanto nação. (LESSA, 2020: p. 131).

Para além de articular as mulheres negras do estado e de estimular a criação de grupos de mulheres nos municípios para atender demandas específicas, as entrevistadas Denize Ribeiro¹⁵, Helena Argolo e Suzana Batista definem a Rede como um espaço de reflexão, debate democrático de ideias, formação política, formulação de propostas, troca de experiências, amparo e fortalecimento das mulheres negras. Ao se organizar segundo os critérios de raça e gênero, a Rede agrega ativistas de diferentes gerações, profissões, sexualidades e classes sociais.

Conforme Helena Argolo, a formação política se dá através de rodas de conversa, cafés solidários, seminários e dinâmicas, mostrando a importância dessas mulheres para elas mesmas e para a comunidade onde vivem. A Rede promove encontros, oficinas, seminários e atividades lúdicas com um viés temático, além de cursos de formação. Os temas escolhidos têm relação com a atual conjuntura política e a forma com que afeta as vidas das mulheres negras, cujas discussões percorrem vários de seus aspectos.

Em virtude do histórico genocídio da população negra pela ação direta e indireta do Estado, e a atual conjuntura política declaradamente racista que justifica e legitima esses assassinatos, houve unanimidade nas respostas das entrevistadas sobre a principal proposta da Rede, como podemos ver na fala de Ana Gualberto (41 anos): “primeiro, permanecermos vivas, não perdermos nossos jovens adolescentes para o genocídio negro, mantermos uma convivência familiar plena, termos paz e lazer, enfim, termos [...] direito a ter. Vida pra todo mundo, pra começar [...]” (LESSA, 2020: p. 132-133). Nesse sentido, Helena Argolo (57 anos) diz que:

¹⁴ É solteira e sem filhos. Formada em Direito pela UFBA, com Especialização em Direito Constitucional, é funcionária pública federal (LESSA, 2020).

¹⁵ Divorciada, tem uma filha. Exerce a função de professora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É nutricionista e sanitarista. Doutora, está fazendo Pós-Doc no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) e milita na Rede de Mulheres de Terreiro (LESSA, 2020).

Além da nossa sobrevivência, lutamos também pela vida de crianças, adolescentes, jovens e homens negros, por entendermos que quando essas pessoas são atingidas por qualquer forma de violência, todas nos somos atingidas também. A luta é, portanto, pela sobrevivência de todo povo negro. (LESSA, 2020: p. 133).

Nesse sentido, a Rede lançou a campanha “Parem de Nos Matar”, em 2016¹⁶, a fim de chamar a atenção e fazer o enfrentamento das várias formas de violência que atingem às mulheres negras cotidianamente, incluindo o aumento do número de feminicídio nesse grupo específico. Uma campanha estadual, mas com intenção de que seja nacionalizada, e como desdobramento dessa campanha, a Rede organizou o Julgamento do Estado Brasileiro pelo Feminicídio, durante o Fórum Social Mundial, que ocorreu em Salvador, no dia 13 de março 2018.

E, por infeliz coincidência, dois dias depois, Marielle Franco, mulher negra, ativista dos Direitos Humanos da população negra, vereadora da capital do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi assassinada juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, no dia 15 de março de 2018 e, conforme Angela Figueiredo, durante o Fórum Social Mundial as mulheres negras saíram em marcha para protestar contra esses assassinatos e denunciar “[...] o genocídio da população negra e os alarmantes números de mulheres assassinadas vítimas do feminicídio” (2018a: p. 1082).

A Campanha “Parem de Nos Matar”, similarmente, foi lançada no contexto de acirramentos políticos, quando a elite branca e conservadora, que representa o capital na sua forma mais primitiva, entreguista e antinacionalista, articulou um Golpe de Estado contra a então presidenta Dilma Rousseff, pois não aceitava as políticas públicas implementadas com vistas a diminuir as desigualdades sociais no país.

Aqui é possível constatar o protagonismo do Movimento de Mulheres Negras no processo de denúncia, resistência e enfrentamento cotidiano, expondo os conflitos sociais, rompendo o consenso e a conformação social e, muitas vezes, antecipando-se ao Estado na ação, pois já conhece seu *modus operandi* e, dessa forma, desconstrói a lógica linear na qual o Estado age, enquanto o Movimento de Mulheres Negras reage e, às vezes, a reação antecede à ação.

A Rede não é institucionalizada e não há essa intenção. Ela possui uma administração não hierarquizada e dividida por comissões: Comunicação, Afetividade, Formação, Articulação/Mobilização, Financeira e Cultural. Segundo Suely Santos (55 anos):

¹⁶ Campanha lançada em 07 de maio de 2016, na cidade de Feira de Santana/BA, em virtude do alto índice de assassinato da população negra e do descaso das principais instituições do Estado Brasileiro, cujo registro encontra-se no Relatório de Reunião da Rede de Mulheres da Bahia.

Nós tivemos essa ousadia de ter uma administração horizontal, porque a gente faz questão de dizer que se você pertence à Rede de Mulheres Negras você tem total autonomia para falar sobre a Rede de Mulheres. Nós não temos coordenação, é uma ousadia fazer isso, por que todos os formatos das instituições políticas, coordenador geral, coordenador não sei o quê, coordenação... Nós trabalhamos com comissões, é um formato difícil, por que as pessoas são moldadas para atender hierarquicamente, talvez seja essa uma das questões que faz com que a gente tenha dificuldade de concentrar coletivos e pessoas, na mesma medida quando você está dentro da Rede não acaba mais a sensação de pertencimento e, pra mim, isso é por conta da Rede trabalhar afetividade. Por exemplo, nós temos várias personalidades de mulheres que são destaques, professoras, universitárias que falam: “Eu sou da Rede”. Então, a concepção, eu acho que isso já está o Movimento Negro Unificado, comporta pessoas assim na sua base, pessoas que já não estão mais, não estão mais à frente da organização há vinte anos, mas dizem: “Eu sou...”, sabe? É uma identidade, e eu acho que na Rede essa identidade, ela surge por conta de como nós tratamos a afetividade. (LESSA, 2020: p. 134).

Essa fala de Suely traz algumas informações importantes sobre a Rede. A primeira delas é a de que há uma administração horizontal, o que constitui um avanço, pois todas as mulheres possuem autonomia para falar sobre as atividades da Rede nos respectivos territórios onde residem. As mulheres de Serrinha/BA, por exemplo, não dependem de um grupo gestor, muitas vezes distante de sua realidade, elas mesmas podem dinamizar as discussões, debates e tocar as campanhas.

Em contrapartida, esse perfil de administração representa um desafio, pois a maioria das mulheres não se reconhece nesse lugar de sujeito que fala em nome da Rede e que conjuntamente decide. Elas não se apropriam, enquanto sujeitos, por timidez ou por não acreditarem que possuem competência, ou ainda pela situação confortável de ter alguém cuidando das questões. Dessa forma, a Rede ficou centralizada em duas pessoas: Lindinalva de Paula e Suely Santos, na fala desta última:

Nós chegamos à conclusão que era preciso deixar o espaço para que essas mulheres reivindicassem e não está acontecendo isso, e a gente tem um problema com isso. Então, assim, nós temos quatro meses sem reuniões ordinárias e ninguém reclama [...]. (LESSA, 2020: p. 135).

Na Rede as mulheres negras encontraram esse espaço de identidade, de experiências compartilhadas, de solidariedade e de afeto, no sentido de compreender o lugar da outra. Ao perceber essa necessidade, as reuniões passaram a ser iniciadas com um abraço coletivo.

No período pós-Marcha (2015) houve um arrefecimento das atividades da Rede, que entrou em processo de desarticulação. Suely Santos (55 anos) explica:

A Marcha de Mulheres produziu vários coletivos, vários agrupamentos, e nós tínhamos a perspectiva de que uma rede seria o suficiente para concentrar todas essas demandas, e a gente viu que não foi. Mas estão surgindo outros movimentos, outros coletivos que parecem ter o mesmo formato da Rede. (LESSA, 2020: p. 142).

Entretanto, como a história não é linear, os avanços são seguidos por recuos e vice-versa. Em 2018, a Rede retomou intensamente suas atividades, promovendo debates importantes e

organizou o Encontro Estadual das Mulheres Negras, que ocorreu nos dias 3 a 5 de novembro, na Escola Estadual Nelson Mandela, aqui em Salvador, objetivando retirar delegadas para o Encontro Nacional, em Goiânia, “Contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver”, de 6 a 9 de dezembro de 2018. O Encontro Estadual contou com a presença expressiva de mulheres negras de todo o estado da Bahia. Muitas, inseguras e ansiosas por respostas diante da conjuntura política que estava se desenhando: a ascensão da extrema direita no Brasil, com todas as suas implicações, incluindo-se a legitimação do racismo, perdas e cerceamento de direitos, como a liberdade de expressão e de reunião. Lembro-me que, por conta dessa questão, o Encontro não foi divulgado na mídia, buscando prezar pela segurança das mulheres negras que estavam também alojadas naquela escola.

Os rostos daquelas mulheres expressavam decepção, preocupação e várias interrogações: E agora? Quais serão as nossas estratégias? Como se estivéssemos esperando daquelas mulheres a quem delegamos a liderança, que convenciamos nos reportar como líderes, mesmo estando numa articulação decolonial, que tivessem respostas prontas e práticas.

Vilma Reis afirmou em sua fala: “Não vai ser fácil!”. E, em seguida, pontuou: “E quando foi fácil pra gente? Pois é! Então, entre a casa grande e a senzala, nossa alternativa será sempre o quilombo, isto é, a resistência!”. Em seguida, apresentou o texto de Marielle Franco, “Mulher, negra e favelada, resistir é pleonismo”, mostrando que a resistência cotidiana é parte da trajetória das mulheres negras, pois o racismo não é pontual, é atemporal e se apresenta cotidianamente, ele é “[...] uma exposição constante ao perigo, um padrão contínuo de abuso que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém”, de acordo com Grada Kilomba (2019: p. 80), e com essa frequência reencena a colonização e nos reporta à escravidão, para que não nos esqueçamos de qual é o nosso lugar “[...] em vez de tomar o nosso lugar” (p. 116), como afirma a autora.

4. O Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras

O pensamento feminista negro compreende interpretações da realidade das mulheres negras feitas por nós mesmas. O Feminismo Negro reconhece as diferenças e especificidades entre as mulheres, desessencializando tal categoria, ao propor uma análise do gênero que considere os contextos locais, as experiências de raça, classe, gênero, cultura e sexualidade das mulheres.

Embora as mulheres negras ativistas reconheçam a importância do Movimento Feminista Negro – no que concerne às especificidades das mulheres negras, Rita de Cássia¹⁷ (57 anos) explica que “Através do feminismo negro nós dissemos ao mundo que somos mulheres e que somos mulheres diferentes umas das outras” (LESSA, 2020: p. 101) –, elas consideram seu campo de atuação restrito à academia e excessivamente teórico, assim se declaram integrantes do Movimento de Mulheres Negras. Para Suely Santos (55 anos):

[...] existem ações sistemáticas no enfrentamento ao machismo, ao patriarcalismo e ao racismo. Você pode ser ativista pelas ideias, você diz: “Realmente, violência contra a mulher é inadmissível, então vou ensinar às minhas filhas a não aceitar violência contra a mulher, vou ensinar ao meu filho a não praticar violência contra a mulher”, isso é feminismo, é você entender de que lugar você fala. Eu não estou falando de conceito acadêmico, eu estou falando de experiência. Quando você não se permite oprimir por razões machistas e patriarcais, você está sendo feminista, mas você é do Movimento de Mulheres quando pega essa indignação e transforma em ações concretas, sistemáticas e coletivas, porque o feminismo negro é coletivo, ele só tem resultado enquanto luta coletiva, não enquanto luta individual. E você pode estar dentro da sua casa, da sua família, na ação como feminista negra, mas quando isso se torna uma ação coletiva, quando você chama outra e que você tem um resultado coletivo, esse enfrentamento é organizado coletivamente, você está dentro do Movimento de Mulheres Negras. (LESSA, 2020: p. 109).

Ana Gualberto (41 anos) corrobora com esta reflexão:

O meu feminismo negro não pode ser só da gente na academia, ele tem que ser para a acadêmica, tem que ser para a doméstica, tem que ser para a quilombola, para a moradora de rua, ele tem que ser para todas, se não a gente não consegue mudar o que a gente está se propondo, que é tirar do eixo essa pirâmide social, que é inverter esse olhar do mundo. Se a gente não conseguir esse diálogo para todas, a gente não consegue mudar isso. (LESSA, 2020: p. 110).

Lindinalva de Paula avalia que as feministas negras produtoras de conhecimento dentro da academia, que se distanciam do Movimento de Mulheres Negras, da coletividade e, ao copiar os padrões da esquerda branca, desvalorizam as experiências de sua comunidade. Ela também adverte que a luta das mulheres negras pelo acesso à educação tem como principal objetivo mover as estruturas e não conquistar títulos, pois eles não fazem com que as mulheres negras sejam tratadas como cidadãs iguais em direitos e oportunidades. De acordo com Lindinalva de Paula (56 anos):

[...] mulheres hoje que são produtoras de conhecimento dentro da academia, elas discutem o feminismo, pensam no conceito, mas acho que um pouco diferenciado da gente que tá militando, porque o conceito de feminismo negro é coletivo, o empoderamento é coletivo. O empoderamento acadêmico é um dos empoderamentos, mas não vai mexer nessa pirâmide social se você não conseguir vir e trazer outras. Muitas vezes a gente tá nessa produção acadêmica e para dentro da família a gente é a única. Então, há um distanciamento. [...] você não vê uma roda de conversa dessas mulheres que estão produzindo conhecimento em um outro espaço. Nenhuma delas tenta

¹⁷ É casada e tem três filhos. É professora, formada em Pedagogia, milita no Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP) (LESSA, 2020).

acompanhar no “Face” se elas estão dentro de bairros, dialogando com aquelas mulheres que garantiram o seu pulo do gato. Que para você chegar na academia, muitas contribuíram para isso. Então, quando eu falo, não é só em ambiente fechado, tem que ir para rua também, porque até para grandes espaços a gente brigou aqui na rua, e a gente continua brigando, porque quando a gente vai para rua pensar nas mulheres, a gente está pensando em todo mundo, até para garantir essas aqui, nesses espaços para produzir conhecimentos, conteúdos que, para mim, são valiosos demais. Há 30 anos qualquer fala minha era baseada no que nós produzimos no fundo de quintal, enquanto Movimento Negro. Hoje uma fala minha eu cito A, cito B, tese disso, daquilo outro. Não estamos dizendo que é ruim, muito pelo contrário, estamos dizendo que a gente tá precisando, o Movimento precisa, ainda tem muitas para poder chegar aqui para produzir conhecimento, e muitas inclusive dentro da família. É essa relação que a academia tem que ter com o movimento, porque senão a gente vai ser só um campo de pesquisa. E aí não vai fazer diferente daquilo que a gente criticava lá atrás, das brancas pesquisando, fazendo suas teses. E agora nós temos mulheres negras pesquisando, mas elas não dão retorno, não participam enquanto coletividade. Se eu estou falando de feminismo negro, que feminismo é esse que eu não me desloco, que eu não vou ouvir Dona Chiquinha, Dona Maria? Que feminismo é esse negro que diz que o que Dona Maria faz de noite em casa é alienação? A gente está começando a construir também conceito, se posicionar a partir de outro. Quando a gente briga na década de 80, nos quilombos educacionais, é que a gente diz que aqui é um espaço, movimento, vamos conquistar isso aqui para mover a estrutura, não é para arrotar títulos toda vez que senta e tem mulheres negras, não para usar nomenclaturas que as mulheres que estão ali nem entendem. Nem todas as mulheres negras está no mesmo nível de formação, e não vamos conseguir estar nem daqui a 20, 30 anos. É isso que a gente estava falando. Todos os títulos que eu possa adquirir, qualquer uma de nós, quando o policial quiser nos revistar pode dar dois tapas, sabe? Então, a gente tá se distanciando do que somos nós, do que a gente propõe como feminismo. Então, Movimento de Mulheres é movimento de base, eu estou em outro lugar. Tem outra coisa que acho muito perversa: a gente começa a copiar outros padrões, mesmo sendo negra, feminista, e talvez tenha identidade, mas não tenha pertencimento, porque a gente vem de uma estrutura de família que foram as mulheres que nos impulsionaram, aí a gente vai ver a vizinha, a mãe, a madrinha, tia, avó, papel importante que essas mulheres sempre tiveram, aí a gente tem um discurso do que é bom e do que não é bom, e a gente tá copiando muito a esquerda branca burguesa que nunca andou de ônibus – e eu cito um bocado, inclusive aqui em Salvador – que tem outras opções de lazer que não é a televisão. Eu sei tudo de ruim que a televisão traz para dentro da gente, mas eu não sou raivosa de pedir para uma mulher negra desligar o único meio de comunicação que lhe possibilita o lazer, porque essa mulher que me educou, essa mulher que contribuiu com transporte, ela agora passa a ser alienada porque ela assiste novela? Ela trabalha o dia todo, ela enfrenta todas as opressões que a gente está falando, e eu ainda vou dizer para ela que ela não pode assistir novela porque um discurso da esquerda branca em acabar com o meio de comunicação, único lazer? (LESSA, 2020: p. 100-101).

Como podemos observar na citação acima, a entrevistada demarca o distanciamento entre o Movimento de Mulheres Negras na Bahia e o Feminismo Negro, ou como percebem, sua experiência na Bahia. Considera o Feminismo Negro demasiadamente teórico e com atuação restrita aos muros da academia, embora reconheçam sua importância ao estabelecer as especificidades das mulheres negras.

5. Considerações finais

O Movimento de Mulheres Negras na Bahia emerge com características interseccionais, em forma de Grupos e Coletivos autônomos, associados a demandas regionais, mas não isolados. A articulação desses Grupos culminou na criação da Rede de Mulheres Negras da Bahia, em 2013. Esse Movimento reconhece a importância histórica do MNU em relação à pauta racial e às contribuições teóricas do Feminismo Negro que permitem iluminar as demandas das mulheres negras, entretanto, vem afirmando sua autonomia e especificidade, configurando-se como um movimento de base, pautando a opressão sexista, associando teoria e luta coletiva. Nessa perspectiva, como afirma Lindinalva de Paula (56 anos): “o Movimento Negro caminha, o Feminismo Negro caminha, o Movimento de Mulheres caminha” (LESSA, 2020: p. 101).

Daí a necessidade de escrever sobre o protagonismo das mulheres negras ativistas, que através de suas experiências e dos estudos interseccionais, revelaram suas especificidades e demandas outras, subsumidas pela categoria mulher do Feminismo Hegemônico. Dessa forma, as mulheres negras não apenas provocaram mudanças dentro do próprio feminismo, mas na perspectiva teórica dos estudos sobre a mulher negra, demonstrando as insuficiências e limites da ciência ocidental e do próprio Feminismo Negro para estudar indivíduos concretos e transformar a sociedade. Assim, integram o Movimento de Mulheres Negras, aglutinando teoria e luta coletiva.

Referências Bibliográficas

- BISPO, Silvana. *Feminismo em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)*. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Gênero e Feminismo) – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras*, 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Gênero e Feminismo) – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- DAVIS, Angela. *A Democracia da Abolição: para além do império das prisões e da tortura*. Tradução de Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos*. Programa de pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. 2008. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/18n51c>>. Acessado em: 20 ago. 2019.
- FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2018a, p. 1080-1099.

_____. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFÓGUEL, Ramon. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018b. p. 203-223.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LESSA, Luciana Falcão. *O que o racismo fez com você?* Processos de resistência e descolonização de mulheres integrantes da Rede de Mulheres Negras da Bahia. 2020. 257 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, 2020.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras de Bertioga a Beijing. *Estudos Feministas*. Dossiê de Mulheres Negras. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-57, 1995.

SANTOS, Cristiane Souza. Do Interior para a periferia: mulheres negras liderando lutas por moradia em Salvador, Bahia, Brasil. *LABRYS* (edição e português. online), v. 31, p. 2-36, 2018.

Sobre a autora:

Luciana Falcão Lessa: Licenciada em História (UEFS), Especialista em Teoria e Metodologia da História (UEFS), Mestre em História Social (UFBA), Doutora em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA), Pesquisadora do Coletivo Angela Davis.

Artigo recebido para publicação em: 13 de março de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 22 de agosto de 2021.

Como citar:

LESSA, Luciana Falcão. O movimento negro caminha, o feminismo negro caminha e o de mulheres negras caminha. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 364-382. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.58392

